

Editorial

QUE A FUNDAÇÃO PAGUE SUA DÍVIDA AOS PROFESSORES !

A campanha da Fundação/Reitoria para que os professores assinem um acordo individual de renúncia de 40% dos haveres do dissídio de 2005 e de consentimento ao expurgo de 6,66% do índice de 7,66% deve ser rejeitado. O fato de a APROPUC ter se recusado a aceitar a anulação do dissídio desencadeou uma campanha contra a entidade, que deve ser tratada como mais uma ignomínia patronal.

Estamos diante de uma medida de flexibilização neoliberal. O assalariado se vê na condição de arcar com a crise alegada pela Fundação/Reitoria. Sempre foi assim no capitalismo, com ou sem neoliberalismo. Mas o que caracteriza a presente situação é uma ofensiva geral contra os direitos trabalhistas. Nada mais é respeitado. Arrancam-se antigas conquistas como se arranca um dente com o boticão.

A Fundação e Reitoria inauguraram um novo tipo de flexibilização neoliberal: o patrão decide violar o dissídio por conta própria, desconhecendo a APROPUC e o SINPRO-SP. Caso se implante o direito de cada patrão resolver como será o reajuste dos seus empregados, elimina-se o dissídio coletivo e volta-se aos primórdios selvagens do capitalismo.

É assustador o fato da Fundação/Reitoria passar por cima da APROPUC e do SINPRO, que é responsável em última instância pelo dissídio, e convocar os professores a assinarem a perda de 40% e, mais grave ainda, a assinarem a medida de expurgo de 6,66%! Mais assustador é ver antigos críticos do neoliberalismo e da flexibilização do trabalho a exortarem a APROPUC a transigir em um direito sagrado do assalariado.

Ressoa em nossos ouvidos o argumento de que os professores querem o acordo e que a APROPUC ficará isolada. Se a APROPUC servir para violar o dissídio, não mais representará os assalariados, mas sim o empregador, ou seja, a Fundação São Paulo e acima dela o proprietário, que é a Igreja. Estranha representatividade se quer da APROPUC.

O reitor que jurou em sua campanha defender as condições de ensino e que em nenhum momento colocou em sua plataforma confiscar parte dos salários, assim que eleito, pôs-se a serviço dos planos expropriatórios da Fundação. Deve-se perguntar, em termos de representatividade, para que serve a eleição do reitor? Aqueles que questionam matreiramente a representatividade da APROPUC deveriam antes responder sobre a representatividade

que confere a eleição de Reitor. Estamos diante de uma brutal inversão de valores. Não é preciso muita sagacidade política para se ver que o modelo mercantil está sendo implantado na PUC-SP passo a passo.

Evidentemente, houve um grande retrocesso na capacidade de luta dos professores, que, com posições contrárias ao mercantilismo educacional, no passado, colocaram a PUC-SP em uma posição de destaque perante a gigantesca rede de universidade privada, que se estendeu a partir dos anos 70, em detrimento do ensino público.

O recuo foi marcado por um ato de violência da Fundação, que foram as demissões em massa de docentes e funcionários. Basta se observar o teor das medidas anteriores para se ter a dimensão do significado da atual investida contratual. Eis os marcos da mudança mercantil da PUC-SP: 1. Maximização; 2. Demissões; 3. Mudanças no contrato de trabalho; 4. Denúncia do acordo interno e eliminação de antigas conquistas; 5. Mudança no Estatuto da PUC-SP. E agora a violação do dissídio com um calote de 40%, depois de 5 anos sem pagar, e o expurgo no índice de reajuste.

A APROPUC foi chamada a colaborar com essas medidas, impostas após a intervenção da Igreja. Quanta acusação por não capitular! Quanta pressão para colaborar com a intervenção em nome de ganhar representatividade! Tornou-se inacreditável que ainda haja sindicalistas que resistem à flexibilização e nadem na contracorrente. Em tempos difíceis é que se testam as convicções, os princípios e os fundamentos.

Se há um aspecto essencial em nossa resistência, é o de recorrer constantemente aos professores para que venham decidir o destino coletivo por meio das assembleias. O primado do indivíduo sobre o coletivo não favorece o trabalho, mas à sua exploração.

Chamamos os professores a essa reflexão política e a tomar posição favorável aos interesses gerais dos assalariados:

**NÃO ASSINEM NENHUM ACORDO INDIVIDUAL!
DEFENDAM O DISSÍDIO COLETIVO!
PARTICIPEM DAS ASSEMBLEIAS!
DEFENDAM A APROPUC COMO INSTRUMENTO DE
CLASSE!**

Diretoria da APROPUC

Respostas necessárias

Houve intransigência da APROPUC?

Houve quanto ao expurgo do índice de reajuste salarial de 6,66%. Por quê? Por duas razões fundamentais: 1. Trata-se de uma perda que implica rebaixamento brutal dos salários; 2. Por violar o acordo coletivo extensivo ao conjunto dos professores regidos pela CLT. Como se vê, trata-se de um direito inalienável dos assalariados da PUC-SP e do conjunto da categoria. Admitir transformar 7,66 em 1% é aceitar o expurgo. Essa quebra de direitos violenta a conquista histórica do acordo coletivo de trabalho.

Não houve intransigência quanto à forma de pagamento da dívida de 5 anos. A APROPUC, com auxílio do Sinpro, apresentou estudos de pagamento parcelado que não implicaria empréstimos bancários e nem juros. Haveria perdas, mas não tão escabrosas.

A Fundação e a Reitoria estavam pela negociação?

Não estavam. Tinham seus cálculos prontos e a decisão tomada de expurgar o índice. Não deram a mínima para nossas propostas. Sequer analisaram e as responderam. Montaram uma farsa para justificar o lançamento dos acordos de adesão individual. Assim, ficou fácil acusar a APROPUC de não dialogar. E ainda por cima armar a jogada de que professores queriam o acordo individual. Certamente, não falta quem se disponha a se pronunciar pela violação do acordo coletivo. Na realidade, a pressão vem de cima.

Há um canto da sereia?

Sem dúvida, há. No final da carta de "adesão" à perda de 40% e de expurgo do índice, a Fundação faz a ressalva de que caso a APROPUC ganhe na justiça, o professor tem apenas de devolver o dinheiro recebido. Está aí o canto da sereia. Não passa de

negociata, que diz assim: assine, não se preocupe, você nada perderá.

O acordo individual foi uma imposição?

Se o patrão que tem a chave da contratação e da demissão nas mãos diz ao empregado assine voluntariamente a perda de 40% e o expurgo de 6,66% do índice, o "voluntariamente" não passa de uma máscara para acobertar a imposição. Imaginem se a moda pega. Eliminam-se os acordos trabalhistas. A Fundação/Reitoria vai longe. Passa por cima da APROPUC e do Sinpro-SP. Toma unilateralmente a medida de violação do acordo coletivo. Mesmo no caso da flexibilização, para dar-lhe um ar jurídico-democrático, está prevista a anuência do sindicato. O que a Fundação/Reitoria fazem é tratorar. A APROPUC não aceitou nossa proposta - que se lixe. Assim age a Fundação. O patronato tem encaminhado para a criação de precedentes jurídicos para acabar com conquistas trabalhistas. Sem dúvida, o acordo individual sem o consentimento da APROPUC/Sinpro-SP é impositivo.

Consultar os professores?

Há quem ache que a APROPUC deveria se tornar um órgão consultivo e plebiscitário. E há os que com boas intenções acham que a resposta à Fundação/Reitoria deveria estar calçada em uma consulta e não em uma assembleia pequena, pouco representativa. Chegamos a discutir essa possibilidade. Concluímos que seria um erro incorrigível. Estaríamos substituindo a assembleia, que é o coração do sindicato por uma forma individualizante e despolitizada. Se a Reitoria quisesse, poderia fazer uma consulta, afinal ela foi eleita com um programa que não previa a expropriação salarial. A diretoria da APROPUC foi eleita com um programa de defesa dos salários e da democracia sin-

dical. Uma assembleia pequena está acima de uma consulta individual. Se os professores aceitarem a pressão da Fundação, arrarão individualmente com suas decisões. O sindicato é um órgão de classe. Não será nossa ditretoria a deformá-lo.

E a Justiça, o que esperar?

É um absurdo ter de recorrer à Justiça, não resta dúvida. O acordo coletivo deveria ser inviolável e protegido pelas leis. Caberia à Justiça simplesmente exigir que a Fundação cumprisse seu dever com os trabalhadores. Notem a diferença. Se a dívida é com um banco, a Fundação paga direitinho, se não pode negocia pagando juros mais exorbitantes. E se a PUC resolvesse não pagar, ou dissesse só posso pagar reduzindo em 40% meu débito e os juros não mais

poderão ser de 7,66, mas sim 1%. O que aconteceria? Como a Justiça agiria? A dívida com os bancos tem de ser pagas, mas com os assalariados não. Justamente por estarmos submetidos a essa lei econômica e à Justiça que é sua expressão, é que existem os sindicatos, as assembleias, as greves e manifestações. Nossa posição foi sempre a de mobilizar o conjunto e exigir o cumprimento do dissídio. A ida à Justiça é uma contingência. Chamamos os professores a apoiá-la rejeitando o "acordo" individual.

Uma posição de resistência?

Sim, a APROPUC vem resistindo. Há quem quer destruí-la. Em algum momento, o limite de tolerância dos professores vai chegar. Compreenderão nossa posição de princípio e de luta.

Diretoria da APROPUC

Impasse na negociação salarial dos professores

As negociações salariais com as escolas ensino superior ainda não foram concluídas. Segundo o Sinpro-SP, as mantenedoras "empacaram" em uma proposta de reajuste insuficiente para recompor o poder de compra dos salários.

Os acordos coletivos da categoria nos últimos anos têm adotado como parâmetro uma cesta de índices, composta pelo ICV-Dieese, INPC-IBGE e IPC-Fipe. No período de março/2009

a fevereiro/2010, a média destes três indicadores foi de 5,18%. Os professores também reivindicavam um valor adicional referente ao trabalho tecnológico.

Porém, as mantenedoras propuseram um reajuste de 4% a partir de março/2010, e 1,18 em fevereiro de 2011. Contudo, segundo os cálculos apresentados pela Federação dos Professores do Estado de São Paulo, a perda acumulada ao longo de 12 meses chega a 15,72% (veja quadro abaixo)

A perda salarial dos professores

BASE EM UM SALÁRIO DE R\$ 1.000,00 EM FEVEREIRO DE 2009

	Proposta SEMESP	Recomposição integral da inflação
Salários	R\$ 12.491,80 (1)	R\$ 12.621,60 (2)
Adicional férias (1/3)	R\$ 346,67	R\$ 350,00
13º salário	R\$ 1.040,00	R\$ 1.051,80
FGTS	R\$ 1.110,28	R\$ 1.121,92
Total	R\$ 14.988,74	R\$ 15.145,92

(1) março/10 a janeiro/11, salário mensal de R\$1.040,00 (4%) e, em fevereiro/11, R\$1.051,80 (5,18%)

(2) de março/10 a fevereiro/11, salário mensal de R\$1.051,80 (5,18%)

Semana de Serviço Social debate Direitos Humanos

Entre os dias 17/5 e, ocorrerá a Semana de Serviço Social da PUC-SP, com o tema Programa Nacional dos Direitos Humanos 3 - Um Debate Necessário para o Serviço Social, na Comemoração do Dia do Assistente Social.

O objetivo do encontro é compreender o significado da violação dos Direitos Humanos no cotidiano da vida dos trabalhadores e comemorar o dia do Assistente Social. Confira a programação completa do evento:

17/5

8h30 -Sala 333

Abertura da Semana

Prof. Isaura I. Mello Castanho
Trabalho, Direitos e Mulheres
Dra. Chiara Saraceno
Dra. Marta Campos - debate-dora

Coordenação

Prof. Dra. Laisa Maio C. Toledo
Aluno- Allan Ferreira

19h -Sala 333

Direito à Comunicação Democrática e ao Acesso à Informação

Luiza Erundina (Dep. Federal)
José Arbex (PUC-SP)
Bia Barbosa (Intervozes)
Marco Ribeiro (Sind. dos Radialistas)

Coordenação

Prof. Dra. Rosângela Paz
Aluna - Claudia Simões

18/5

19h - Sala 333

A História Social dos Direitos Humanos

Dr. José Damião de Lima Trindade (Procurador do Estado de São Paulo - membro do Grupo de Trabalho de Direitos Humanos)

Dra. Maria Lucia Barroco (Prof. PUC-SP - Coordenadora Núcleo Ética e Direitos Humanos)

Coordenação

Prof. Marli Pitarello
Aluna - Gabrielle Borges

19/5

19h - Tucarena

Direito à Memória e à Verdade

Dra. Rosalina Santa Cruz - professora PUC-SP

Bia Bargieri (Com. de Anistia)
Ivan Seixas (jornalista e membro do Fórum dos Ex-Presos e Perseguidos Políticos de São Paulo)

Coordenação

Prof. Marcia Calhes Paixão
Aluna - Carolina Franco

20/5

19h - Tucarena

Direito à Terra e à Moradia

Gilmar Mauro - MST (a confirmar)

Marisa Fefferman (Tribunal Popular)

Helena Silvestre (MTST)

Coordenação

Prof. Dra. Maria Beatriz Abramides
Aluna - Talita Luzia Tecedor

21/5

19h
Sala 333

Direito à Livre Orientação Sexual e Direitos das Mulheres

Dulce Xavier - (Católicas pelo Direito de Decidir)

Sônia Santos - (Marcha Mundial de Mulheres)

Diana Assunção - (Grupo Pão e Rosas)

Coordenação

Prof. Graziela Acquaviva Pavez
Aluna - Beatriz Pitta

Consad revê mensalidade de Multimeios e aprova projeto para novo auditório

No dia 6/5, foi realizada sessão do Consad que, entre outros temas, debateu a questão dos estudantes concluintes do curso de Comunicação Social em Multimeios, que estavam cumprindo déficit de horas do novo currículo e arcando com mensalidades à preços abusivos. Os conselheiros do Consad decidiram a redução da mensalidade para compensar os gastos.

Também foi debatido o

caso de quatro estudantes de Direito, que fizeram programa de intercâmbio pela universidade, mas tiveram problemas com as equivalências e teriam que fazer matérias de adaptação pela PUC-SP. O Consad entendeu que as estudantes estavam sendo prejudicadas e deferiram o pedido.

O reitor Dirceu de Mello também leu o recurso dos professores que perderam o prazo para inscrição de horas administrativas,

porém os conselheiros decidiram votar o caso somente na semana que vem, após a comissão investigar caso a caso e pronunciar o resultado de seus trabalhos.

Além disso, foi aprovado um projeto para a construção de um novo auditório para as reuniões do Consad. O padre Rodolpho Perazollo afirmou que o auditório também poderá ser utilizado pela comunidade universitária.

Durante a reunião tam-

bém foi formalizado o acordo de mídia entre a PUC-SP e o jornal *Folha de S. Paulo*, que troca bolsas por espaço em publicidade no diário.

No final da sessão, o pró-reitor de Cultura e Relações Comunitárias, Hélio Deliberador, expôs aos conselheiros que, de acordo com pedidos do MEC, a PUC-SP criou uma comissão de acompanhamento das bolsas ProUni, para fiscalizar o andamento das bolsas na universidade e evitar maiores problemas.

Debate desconstrói mitos sobre ensino a distância

No dia 7/5 foi lançado a revista **PUCViva** sobre Ensino a Distância (EaD). A professora Bia Abramides, presidente da APRO-PUC, abriu o debate falando sobre a situação dos professores da PUC-SP que sofrem com a Fundação e a Reitoria que quebram "qualquer perspectiva de acordo coletivo", afirmou a professora.

Lighia Matsushigue, professora da USP, iniciou o debate falando sobre os engodos do Ensino a Distância propalada pelo governo e pelas universidades mercantis. Para Lighia não se pode falar de ensino que não seja presencial. "A formação só ocorre com diálogo, não existe educação feita a distancia"

A estudante do Serviço Social da PUC-SP, Talita Luzia, falou sobre a expansão do Ensino a Distância no Brasil e sobre como isso se relaciona diretamente as medidas neoliberais que vêm sendo implementadas em todo o mundo.

Natanael Dal Moro relatou a experiência que viveu no Mato Grosso do Sul, onde, a partir de 2004, houve uma forte expansão do EaD. Essa expansão segundo Natanael está ligada diretamente à queda na qualidade de ensino. O professor citou o exemplo de uma aluna que tinha em uma única noite "15 disciplinas".

PROCESSO DE BOLONHA

O estudante de Ciências Sociais da PUC-SP, Felipe Campos, mostrou que as origens do Ensino a Distância estão no chamado

Processo de Bolonha, assinado entre diversos líderes mundiais em 1999, que dá as diretrizes gerais para a educação em todo o mundo. Esse modelo se baseia nas grandes escolas e na educação voltada para o mercado. Felipe falou também sobre o uso da tecnologia no ensino, para ele "meios de tecnologia são complementares ao ensino, a educação não pode ser de qualidade se é feita a distância."

Ana Pimentel, mestre em Educação, falou sobre os cursos de Serviço Social e como está inserida no EaD. A pesquisa feita por Pimentel indicou que 86% dos cursos a distancia no serviço social são oferecidos por escolas particulares e que são em sua maioria na região Sudeste. Pimentel levantou outros problemas no Ensino a Distância, como a "perda do contato entre professor e aluno" e a "dificuldade em fazer estágio supervisionado."

O estudante de História da PUC-SP, Rafael Moraes, também problematizou esse tipo de educação, pontuando o tripé, ensino, pesquisa e extensão. Para ele "o ensino a distancia retira a pesquisa e a extensão que são essenciais para o desenvolvimento do conhecimento".

INDIVIDUALIZAÇÃO DO CONHECIMENTO

O ex-professor da PUC-SP, Erson Martins, falou que o principal problema do Ensino a Distância é o fato dele pressupor que se pode adquirir conhecimento de maneira individual. Para Mar-



Na foto ao alto platéia assiste o debate. Abaixo, os professores Erson Martins (esq.) e Bia Abramides (dir.). Professora Lighia, da USP (dir.) e a estudante da PUC-SP Talita Luzia (acima) falam sobre seus artigos.

tins "o ensino a distância individualiza o conhecimento, que só pode ser alcançado de maneira coletiva."

Martins falou também que o EaD não democratiza o acesso à educação, pois a maioria dos cursos a distancia estão sendo implantadas na região Sudeste, que já concentra boa parte das universidades brasileiras.

NOVAS PUBLICAÇÕES

A APROPUC lançará,

até o final do semestre, mais três publicações. O número 10 da revista Cultura Crítica já está em fase de finalização gráfica e abordará os 100 anos de Euclides da Cunha.

A revista **PUCviva** terá mais duas edições, um número especial sobre a questão o Haiti e outro sobre a agricultura no Brasil, as pessoas interessadas em publicar artigos deverão enviá-los o mais breve possível para o endereço eletrônico apropuc@uol.com.br, aos cuidados do editor da revista.

Insatisfeitos e desrespeitados

*Marquinhos
(Marcos Vinicius Maia)*

Chegamos a um período da PUC-SP, em que todos os setores desta universidade se sentem insatisfeitos e desrespeitados. Professores, alunos e funcionários.

O ilustríssimo Prof. Dirceu de Mello em sua campanha eleitoral para a gestão da PUC-SP, tinha como premissa o diálogo com todos os setores, manter as "portas abertas" e, sem dúvida nenhuma, se diferenciava da gestão Maura Véras.

Com o passar do tempo, podemos com propriedade dizer que esta Reitoria está muito longe do diálogo, e a única diferença entre o Prof. Dirceu de Mello e a gestão

anterior, é que o mesmo ainda não solicitou a entrada da polícia no Campus.

É notória a insatisfação de todos(as) na PUC-SP. Basta andar pelos corredores desta universidade que logo apreciaremos alguma.

Alunos do Direito que reivindicaram para que não tivesse o vestibular de inverno, porque assim sucatearia o curso, fizeram um ato na prainha com mais de 300 alunos, e abaixo-assinado de 1500 pessoas. E vejam só, não foram ouvidos pela Reitoria, logo sendo desrespeitados. Alunos de Ciências Sociais reivindicando a implementação da Licenciatura, alunos de história com dois TCCs, e tiveram grande mudança (pra pior) em sua grade cur-

ricular. No geral, os alunos não conseguem bolsa para estudar nesta universidade, a mensalidade é cara e abusiva. O caráter da PUC-SP de FILANTRÓPICA passou à PILANTRÓPICA.

Professores maximizados, tendo que entrar com uma ação na justiça para obter reajuste salarial relativo a 2005, sendo obrigados a assinar acordos individuais, salas impróprias para aula. Também estão sendo desrespeitados.

Trabalhadores terceirizados, auxiliares da limpeza sem material adequado para seu trabalho, funcionários da empresa Graber com sobrecarga de trabalho, assédio moral por parte de seus chefes, postos precarizados. Totalmente desres-

peitados e insatisfeitos.

Não podemos mais ficar calados mediante a estes acontecimentos. Onde foi parar a democracia puquiiana? Onde está a tão falada "porta aberta" da Reitoria?

Estamos vivendo um momento de refluxo na universidade, que faz com que as pessoas vivam no conformismo.

Não podemos deixar que o Prof. Dirceu de Mello, Hélio Deliberador e sua patota enterrem de vez a democracia nesta universidade, que tem um maravilhoso histórico de lutas.

Marquinhos (Marcos Vinicius Maia) é do Movimento A Ple-nos Pulmões (LER-QI e Independentes)

Centros Acadêmicos se mobilizam contra mensalidades abusivas da PUC-SP

A PUC-SP é uma universidade com caráter filantrópico e comunitário e, por isso, deveria ter uma preocupação em acolher os estudantes que não têm recursos para pagar a universidade. É necessária uma mensalidade compatível com o salário do trabalhador e bolsas oriundas da universidade.

Ao contrário do que se espera da universidade, desde o início do ano, ainda não foi aberto o edital de bolsas da PUC-SP para o atual semestre e as mensalidades, de 2009 para 2010, aumentaram 8% para todos os cursos, enquanto a inflação no mesmo período foi de 5,4%. Em média, a PUC-SP cobra uma

mensalidade de R\$1100, enquanto o salário mínimo no Brasil é de R\$510. Tendo em vista que 45% da população recebem o equivalente a um salário mínimo, ou até menos, isso exclui a possibilidade de cerca de 45% da população brasileira estudar na PUC-SP e ter acesso a um ensino superior de qualidade.

Como entidade filantrópica, a PUC-SP deveria conceder bolsas de estudo aos alunos que necessitam, mas, desde 2006, a universidade segue uma política inversa, substituindo as bolsas da própria universidade por bolsas do ProUni, que não garantem o acesso e, muito menos, a permanência na

universidade.

Além disso, existem muitos estudantes que não se enquadram nas exigências do ProUni, mas precisam de bolsas por não terem condições de pagar o preço exigido pela instituição. Assim, cria-se uma lacuna entre aqueles que precisam e aqueles que têm bolsas.

Está em curso uma política de elitização da universidade, principalmente por conta dos altos preços das mensalidades e do baixo número de bolsas concedidas. Para exemplificar tamanho retrocesso, desde 2007, com o ato da então reitora Maura Verás, estudantes

inadimplentes são proibidos de assistirem às aulas.

MOBILIZAÇÃO

Tendo em vista esse cenário, os Centros Acadêmicos da universidade, desde o começo do ano, têm articulado através do CCA (Conselho de Centros Acadêmicos) uma campanha pela redução imediata das mensalidades.

No dia 11/5 ocorrerá, em local a ser confirmado, um debate sobre acesso e permanência na universidade com o intuito de trazer à tona a questão, problematizando a elitização e a mercantilização do ensino no Brasil e, principalmente, na PUC-SP.

MOVIMENTOS SOCIAIS

Manifestação de luta na Sé marca o Dia do Trabalhador

Os setores combativos da esquerda brasileira reuniram mais de 1000 militantes de diversas organizações na Praça da Sé, em comemoração ao Dia do Trabalhador. O ato na Sé é organizado há mais de 13 anos, em contraposição aos atos de outras centrais sindicais, como CUT (Central Única dos Trabalhadores) e Força Sindical, que organizam grandes shows, com sorteio de casas e apartamentos, sem relevar a luta dos trabalhadores.

Igor Grabois, do PCB (Partido Comunista Brasileiro), foi um dos perfis que falou sobre a importância do ato para a luta dos trabalhadores. Segundo ele, o intuito do 1º de Maio é reunir os trabalhadores e organizações combativas "para unificar e ampliar as lutas".

O pré-candidato à presidência da república pelo PSOL, Plínio de Arruda Sampaio, falou sobre a importância do ato que mostra para a população que existe alternativa ao modelo econômico vigente em nossa sociedade. Para o pré-candidato, na Sé estavam os "trabalhadores e organiza-



Na Praça da Sé, diversas entidades e movimentos sociais se reuniram para exigir direitos dos trabalhadores do campo e da cidade

ções de luta", reverenciou.

José Maria de Almeida, pré-candidato à presidência pelo PSTU, falou sobre a condição e as lutas dos trabalhadores em todo o mundo, lembrando a greve geral que acontece na Grécia e a atual situação do Haiti. Para Almeida é necessária a solidariedade internacional com os trabalhadores haitianos. "O povo haitiano precisa de médicos, educadores, enfermeiros. É disso que eles são carantes", disse.

OCUPAÇÕES

Guilherme Boulus, do MTST (Movimento dos Trabalhadores Sem Teto),

falou sobre a importância das ocupações urbanas e rurais no enfrentamento contra o capital especulativo e o agronegócio. "Enquanto tiver muita gente sem terra e muita terra sem gente, ocuparemos", exaltou Boulus, comentando a importância das lutas unificadas no combate das desigualdades.

Douglas Belchior, da UneAfro, denunciou a escalada de violência contra jovens, negros e moradores das periferias de grandes cidades. Segundo Belchior, "o povo está sendo morto por existir e precisamos nos organizar para combater essa violência".

Roseli de Oliveira, do MST (Movimento dos Trabalhadores Sem Terra) saudou o ato e lembrou as principais lutas dos últimos períodos no Brasil, como a greve dos professores, dos aposentados e as ocupações de terra e moradia.

Também foram realizadas apresentações de teatro, que retrataram o dia-a-dia da classe trabalhadora.

OPOSIÇÃO E TEATRO

A LER-QI (Liga Estratégica Revolucionária Quarta Internacional) marcou posição denunciando a aliança dos movimentos sociais com parte da Igreja Católica.

PM reprime ocupação de atingidos por enchentes

Na madrugada de 4/5, oito viaturas da Polícia Militar entraram no acampamento da ocupação Alagados do Pantanal, região leste de São Paulo. As vítimas da enchente relataram que a Polícia agiu de forma truculenta ameaçando os trabalhadores que não têm para onde ir. A energia foi

cortada, ameaças de prisão e assédio moral.

Cerca de 100 famílias de trabalhadores estão ocupadas no terreno desde o dia 18/4. As famílias são vítimas das enchentes que atingiram o bairro no começo do ano. A maioria das pessoas perdeu casas, eletrodomésticos, móveis,

entre outros pertences.

A principal reivindicação das famílias é que a Prefeitura de São Paulo conceda novos lares para as famílias prejudicadas com a falta de infra-estrutura no local. Até agora a Prefeitura viabilizou bolsas-aluguel no valor de R\$300,00 por mês e com validade de ape-

nas três meses.

APOIO DA APROPUC

A APROPUC apoia a luta dos trabalhadores da ocupação Alagados no Pantanal. Confira a moção de apoio completa na página virtual da associação: www.apropucsp.org.br.

Funcionários da USP entram em greve por reajuste salarial

Desde o dia 5/5, os funcionários da USP estão em greve pelos 6% de reajuste salarial, incorporado apenas pelos professores da USP, Unesp e Unicamp. Os funcionários também expressam indignação ao tratamento do reitor Rodas com os trabalhadores do prédio da Antiga Reitoria, que pretende evacuar.

Os trabalhadores relataram, na página do SINTUSP (www.sintusp.org.br), que tentaram o diálogo por diversas vezes.

"Foram várias solicitações de reunião pelo Fórum das Seis ao Cresp (Conselho dos Reitores das Universidades Estaduais Paulistas). O Fórum das Seis solicitava o agendamento de duas reuniões primordiais: a 1ª reunião seria para tratar da extensão aos funcionários dos 6%, concedidos apenas aos professores; a 2ª para discutir a pauta unificada, cuja reivindicação salarial é de

16% + R\$ 200,00 fixo.

Entretanto, usando de uma tática 'esperta', para não dizer 'safada', o Cresp agendou a reunião para o dia 11/5 - bem próximo ao fechamento da folha de pagamento -, e sabemos tam-

bém que o reitor Herman, da Unesp, irá dia 12/5 para o exterior, o que deixa claro a intenção do Cresp: anunciar sua posição na reunião do dia 11/5 e dar por encerrado o assunto", diz o texto do sindicato.

Nota de Apoio à Greve da USP

A Associação dos Professores da PUC-SP (APROPUC) declara o seu apoio aos trabalhadores da USP que estão em processo de paralisação. Antes mesmo de começar a greve, a Reitoria da USP, representada pelo reacionário reitor João Grandino Rodas, indicado pelo governador José Serra, agride a autonomia do movimento sindical ao pedir uma liminar na justiça, estabelecendo multa em caso de piquetes no acesso aos prédios da universidade e a ameaça de antemão de não pagamento dos salários aos trabalhadores que aderirem a greve.

Essa postura é digna da política do Governo José Serra em relação aos trabalhadores e com

os movimentos sociais, na base da ameaça e truculência, não condizendo com o suposto discurso de diálogo que o reitor usou em sua eleição, na qual foi segundo colocado. Mas vai de encontro com a sua ação política, como em suas defesas de intervenção das forças militares nos movimentos nos quais atua a comunidade universitária.

A APROPUC é solidária aos trabalhadores da universidade e defende as suas reivindicações de reajuste salarial, isonomia entre as categorias e fim da repressão política ao movimento sindical.

Maria Beatriz Abramides
Presidente da APROPUC

Conclat marca unificação da esquerda

Está se aproximando um momento importante para a classe trabalhadora brasileira. Nos dias 5 e 6/6 será realizado, na cidade de Santos, o Conclat (Congresso da Classe Trabalhadora). O congresso, que tem como objetivo reorganizar a classe trabalhadora, deverá aprovar a criação de uma nova central sindical que unificará a maioria dos setores de esquerda do Brasil que estavam separados em centrais diferentes.

Isso representa um importante passo para a unificação das lutas contra o neoliberalismo e os ataques aos direitos dos trabalha-

dores. Além de sindicatos, a nova central também abrigará movimentos populares, como, por exemplo, o MTST (Movimento dos Trabalhadores Sem Teto). A participação estudantil, um dos temas mais polêmicos, será deliberada durante o Congresso.

CRIAÇÃO DA NOVA CENTRAL

O processo de formação de uma nova central sindical é pautado com vigor, desde o Fórum Social Mundial de 2009, realizado em Belém do Pará, quando aconteceram os primeiros seminários entre os re-

presentas das centrais e de movimentos sociais, que demonstraram preocupação em unificar as lutas. Após o Fórum, foram feitos diversos seminários regionais e, em novembro de 2009, ocorreu um encontro nacional que aprovou a criação de uma nova central. O passo final será dado no Conclat.

APROPUC

No dia 14/5, a APROPUC irá realizar a assembleia de eleição de delegados para o Conclat, no auditório da Associação, às 17h30.

Câmara aprova fim do Fator Previdenciário. Mas Lula deve vetar...

A Câmara dos Deputados aprovou, na última semana, o fim do Fator Previdenciário que serve de base de cálculo para os valores de novas aposentadorias.

O Fator Previdenciário foi criado no governo Fernando Henrique Cardoso e, na prática, serve para reduzir até 30% o valor das novas aposentadorias.

A Câmara também aprovou um reajuste de 7,72% para os aposentados, pouco superior aos 7% propostos pela bancada governista.

O presidente Lula, no entanto, já mandou um recado dizendo que se a proposição também for aprovada no Senado ele irá vetá-la, pois o fim ao Fator constituiu-se em um aumento com o qual a Previdência não poderá arcar.

É bom lembrar que na campanha eleitoral de 2002, o então candidato Luiz Inácio Lula da Silva tinha em sua plataforma o fim do Fator Previdenciário que, segundo ele, era nocivo aos trabalhadores em vias de se aposentar. Porém, durante todo o seu mandato, Lula rechaçou todas as possibilidades de rever essa situação.

Todas as centrais sindicais têm posição contrária ao Fator Previdenciário. A Conlutas recentemente realizou um ato em Brasília, em defesa da previdência e da aposentadoria, contra o Fator Previdenciário.

ROLA NA RAMPA

Índios Guarani Kaiowá pedem apoio a São Paulo

No dia 7/5 foi exibido no Museu da Cultura o documentário *Terra Negada*, na sequência, foram ouvidos os depoimentos dos índios Guarani Kaiowá e de Michel Nolan, assessora jurídica do CIMI (Conselho Indigenista Missionário). Seis índios Guarani Kaiowá, do Mato Grosso do Sul, estão em São Paulo desde o dia 7/5, por conta do julgamento dos quatro

acusados de matar a liderança indígena, Marcos Veron, em 2003. Além de acompanhar o julgamento, os indígenas vieram a São Paulo pedir ajuda para diversas instituições contra a violência que estão sofrendo no Mato Grosso do Sul. Em 2006, foram mortos 28 indígenas, em 2007, 53, e em 2008, 42 pessoas.

Último dia para inscrição na CIPA

Dia 10/5 estarão encerradas as inscrições para concorrer aos cargos da CIPA (Comissão Interna de Prevenção de Acidentes). No campus Monte Alegre os interessados deverão preencher a ficha de inscrição e entregá-la no Protocolo Central, localizado na Rua Ministro de Godói, 1055, no horário das 09h às 21h. No campus CCE/COGEAE

a ficha de inscrição deverá ser entregue na Sala da Direção, aos cuidados da Sra. Taninha, localizado no Prédio II ou na Cogear setor de Logística, no horário das 9 às 20h. No campus Deric a ficha de inscrição deverá ser entregue no Setor SAAD, aos cuidados do Sr. Leon, no horário das 8h às 18h.

A Cidade e o Negro no Brasil

O Grupo de Estudos Relações Raciais: Memória, Identidade e Imaginário da PUC-SP e o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo realizam o seminário *A Cidade e o Negro no Brasil: Cidadania e Território (Diálogos com a Lei 10.639/2003)*. O seminário, que tem início

no dia 11/5, tem como objetivo ampliar a discussão sobre o cenário da população negra na sociedade brasileira. Para mais detalhes sobre a programação acesse o site www.pucsp.br/downloads/Cartaz_Seminario.pdf ou ligue no telefone (11) 3670-8517.

Cinema, Filosofia e Direito

No dia 11/5, às 18h30, o CA "22 de Agosto" promoverá a exibição do filme *Caçada Humana*, do diretor Arthur Penn. Após a exibição haverá uma conversa com os professores Dr. Luís Antônio de Souza, do Departamento de Direito das Relações Tributárias, Econômicas e Comerciais, e Dr. Cas-

siano Terra Rodrigues, do Departamento de Filosofia, sobre elementos do Cinema, da Filosofia e do Direito presentes na obra. O evento será no auditório 134-C, e será emitido certificado para os participantes. Material de apoio disponível na pasta 324, no Xerox 22 de Agosto.

Aulas de Dança de Salão da AFAPUC

A AFAPUC convida os funcionários administrativos da PUC-SP para as aulas de Dança de Salão com o professor Renato Galhardo. As aulas terão início no dia 17/5, com aulas de segundas e quartas, e turmas em dois horários (das 13h às 14h e,

das 14 às 15h). Aos associados será cobrado R\$15,00, com desconto em folha, e não associado R\$40,00, com pagamento na secretaria da Associação. Mais informações pelo telefone (11) 3670- 8208 ou na sede da AFAPUC.

Domenico Losurdo faz palestra na PUC-SP

No dia 10/5, às 19h30, acontece Conferência de Domenico Losurdo, no campus Monte Alegre, auditório "Paulo de Barros Carvalho" (antigo 239). Losurdo é um dos principais filósofos italianos da atualidade, desenvolveu teses próprias sobre Hegel, Marx, Nietzsche, Weber, Heidegger, e atualmente é diretor do Instituto de Filosofia e Pedagogia da Universidade de Urbino, na Itália. Maiores Informações : 3670-8112.

Mais uma Aula-teatro do Nu-Sol no Tucarena

O Núcleo de Sociabilidade Libertária (Nu-Sol) promove mais uma aula-teatro nos dias 17 e 18/5, às 19h30, no Tucarena. O tema desta sétima aula-teatro do grupo será *Drogas - Nocaute*. As inscrições para o evento são gratuitas e os ingressos poderão ser retirados na bilheteria do Tucarena com uma hora de antecedência. Mais informações na página virtual do núcleo www.nu-sol.org e no telefone (11) 3670-8107.

Escritório Modelo procura estagiários

O Escritório Modelo "Dom Paulo Evaristo Arns" está com inscrições abertas até o dia 14/5, para estágio em Serviço Social, Psicologia. Já os estudantes de Direito podem se candidatar até o dia 17/5. Os interessados devem acessar a página da universidade, procurar o edital e preencher a ficha de inscrição, que

deve ser entregue pessoalmente no Escritório Modelo, ou por e-mail esc.modelo@pucsp.br. O estagiário atuará na área do Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania (Pronasci). O edital também está na página virtual da PUC-SP. Maiores informações em 11 3670-8298 ou 8274.

Seminário debate Intervenções Urbanas

A Faculdade de Ciências Sociais, Pós em Ciências Sociais e o Observatório das Metrôpoles de São Paulo realizarão o Seminário Internacional sobre Intervenções Urbanas em Centros Históricos. O

evento acontecerá nos dias 12,13 e 14/5, no auditório Paulo Freire do Tuca. O Seminário debaterá casos da Itália e São Paulo. Mais informações em web.observatorio.dasmetropoles.net.